TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, doravante denominado **MP**, por intermédio do Promotor de Justiça, **Dr. Hélio Rubens Pinho Pereira**; **O MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado pelo Secretário Municipal de Obras, **Dr. Wantorlor Bandeira Nunes**, e pelo Chefe de Gabinete da Prefeitura, **Dr. Roque Francisco Dutra**; **O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE PARAUAPEBAS**, doravante denominado **CMDPDP**, decidem:

CAPÍTULO I
CONSIDERAÇÕES GERAIS

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.146/2015 tratou sobre a inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania;

CONSIDERANDO que o Art. 3º, Inciso I, da Lei 13.146/2015 estabelece que acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

CONSIDERANDO que qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à

liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, é considerado uma barreira ao pleno exercício dos direitos pelas pessoas com deficiência;

CONSIDERANDO que os Entes Políticos e os todos os Órgãos ou Entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios devem promover adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais (Art. 3º, VI, Lei 13.146/2015);

CONSIDERANDO a acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social (Art. 53, da Lei 13.146/2015);

CONSIDERANDO que as edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes (Art. 57, da Lei 13.146/2015).

CONSIDERANDO ser dever do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme prescrito no artigo 127, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados;

RESOLVEM FIRMAR O PRESENTE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC), com o seguinte teor:

CLÁUSULA PRIMEIRA DAS OBRIGAÇÕES

1 Os prédios públicos construídos, locados e reformados deverão atender imediatamente às peculiaridades de acesso às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, conforme previsão da Lei 13.146/2015 e legislação correlata;

2 O Município de Parauapebas se compromete, imediatamente, a realizar manutenção em todos os elevadores dos prédios da Prefeitura, conforme os prazos estabelecidos pelo fabricante, devendo-se fornecer cópia deste cronograma ao **CMDPDP**.

3 O Município de Parauapebas se compromete a exigir, no momento de renovação dos alvarás de funcionamento dos estabelecimentos comerciais que atendem ao público, a comprovação de que cumprem as exigências de acessibilidade das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, conforme previsão da Lei 13.146/2015 e legislação correlata.

4 O Município de Parauapebas, por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo, ao licenciar as obras de engenharia civil, exigirá do particular a adequação das calçadas ao gabarito legal.

5 Os representantes do Município signatários se comprometem a comunicar, no prazo de 15 dias, à Comissão Permanente de Licitação de Parauapebas que deverá incluir nos editais das futuras licitações as obrigações relativas a acessibilidade contidas neste TAC, cuja cláusula deverá ser de observância obrigatória pelos concorrentes.

CLÁUSULA SEGUNDA

O Ministério Público poderá, a qualquer tempo, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias o exigirem, dar prosseguimento ao

3

procedimento, responsabilizando aqueles que descumprirem ou CONTRIBUIREM de qualquer modo para o descumprimento do presente termo.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS PENALIDADES

1 Em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas e prazos previstos acima, ensejará multa de R\$ 300,00 (trezentos reais) por dia de descumprimento, limitado a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

1.1 Na forma do disposto no artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil c/c artigo 5º, §6º, da Lei 7.347/85, a multa prevista no presente termo – como também as demais obrigações – tem força de título executivo extrajudicial para todos os fins de direito.

2 A multa não é substitutiva da obrigação violada, que remanesce à aplicação da pena, sendo que os compromissários deverão responder pelas obrigações positivas e negativas porventura caracterizadas, com execução promovida na forma do item anterior.

CLÁUSULA QUARTA DAS RESPONSABILIDADES:

O presente Termo de Ajustamento de Conduta não convalida qualquer ato ilícito anteriormente praticado por Gestores e Servidores Públicos, bem como não servirá de fundamento para a prática de qualquer ato ilícito posterior a sua assinatura, portanto não isenta ou exime qualquer agente público ou privado de suas responsabilidades (administrativas, civis e penais), tampouco

impede ou suspende a investigação que estejam em curso ou estejam instauradas para a apuração de qualquer irregularidade.

CLÁUSULA QUINTA
DA PUBLICAÇÃO:

O presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA** é firmado por todos e lavrado em 03 (duas) vias de igual teor e forma, devendo ser publicado no Diário Oficial do Estado e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma da lei.

Parauapebas(PA), 27 de março de 2019.

HÉLIO RUBENS PINHO PEREIRA
4º Promotor de Justiça

ROQUE FRANCISCO DUTRA
Chefe de Gabinete da Prefeitura de
Parauapebas

WANTERLOR BANDEIRA NUNES
Secretário Municipal de Obras de
Parauapebas

JOSÉ MONTEIRO DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal dos
Direitos das Pessoas com Deficiência
de Parauapebas